



A Via Campesina vem através desta cartilha proporcionar a reflexão e o debate sobre um dos temas que, infelizmente, faz parte do cotidiano das mulheres em qualquer parte do mundo: o fenômeno da violência contra as mulheres, sistematicamente silenciado, naturalizado e invisibilizado por uma sociedade capitalista e patriarcal.



**AS CAMPONESAS E OS CAMPESES
DA VIA CAMPESINA DIZEM:**



**BASTA DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES**



**CAMPAÑA INTERNACIONAL
DA VIA CAMPESINA**



“Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe faltem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Da travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher...”

Zuleica Alambert





Aninha e suas pedras

Cora Coralina - Outubro, 1981

Não te deixes destruir...
Ajuntando novas pedras e construindo novos poemas.
Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Recomeça.
Faz de tua vida mesquinha um poema.
E viverás no coração dos jovens e na memória das gerações
que hão de vir.
Esta fonte é para uso de todos os sedentos.
Toma a tua parte.
Vem a estas páginas e não entres seu uso aos que têm sede.

EXPEDIENTE

Publicação: Via Campesina

Equipe de elaboração: construção coletiva coordenada pelo
Movimento de Mulheres Camponesas Brasil

Projeto Gráfico e editoração: Secretaria Operativa da Via Campesina
América do Sul

Ilustrações internas: Marcia B. Aliprandini

Capa: Cartaz da campanha Basta de Violência contra as Mulheres

Contatos: www.viacampesina.org
viacampesina@viacampesina.org

Brasília (Brasil), julho de 2012





SUMÁRIO

- Apresentação 5
- Violência contra a mulher: o que é afinal?..... 7
- Contextualizando a violência: a expressão inevitável do capitalismo patriarcal..... 10
- Violência contra a mulher: por que combater este problema? 12
- As diversas formas de violência contra as mulheres 14
- Porque as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta? 20
- Porque a violência se reproduz..... 21
- As violências do agronegócio contra as mulheres camponesas..... 23
- O agronegócio: o capitalismo no campo e a exploração do trabalho invisível da mulher 25
- O agronegócio e a saúde das mulheres camponesas..... 26
- O capitalismo e a violência como sustentáculo 28
- A dominação histórica do homem sobre a mulher e a manutenção das relações de poder 32
- O patriarcado e as relações de gênero, etnia e classe..... 35
- Como vamos enfrentar a violência contra as mulheres?..... 39
- Referências..... 42







APRESENTAÇÃO

A Via Campesina vem através desta cartilha proporcionar a reflexão e o debate sobre um dos temas que, infelizmente, faz parte do cotidiano das mulheres em qualquer parte do mundo: o fenômeno da violência contra as mulheres, sistematicamente silenciado, naturalizado e invisibilizado por uma sociedade capitalista e patriarcal.

Dando continuidade à ***Campanha Mundial pelo Fim da Violência contra as Mulheres*** lançada pela ***Via Campesina*** em 2008, este material serve como subsídio para os encontros e processos educativos relacionados a esta temática, fundamentando as ações cotidianas, as lutas e as mobilizações.

A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem nas cidades como com as que vivem no campo. Ela se evidencia em dados formais, informais, em relatos de vida, confidências, denúncias e reivindicações dos movimentos e organizações de mulheres e mistos do campo. Essa violência não pode mais ser silenciada!

Sabemos que este silenciamento e a conseqüente ausência de dados e informações compartilham o silêncio e a invisibilidade da dor sofrida em situações de abuso e violação de direitos pelas mulheres em todo o mundo. Esta engrenagem social se evidencia nas múltiplas expressões culturais que hegemonizam a dominação do universo simbólico patriarcal e capitalista no atual contexto histórico.

Junto com a luta pela terra, pela não criminalização dos



movimentos sociais e contra as transnacionais é necessário dar um basta à violência contra as mulheres, materializada pela invasão de seus corpos, subjetividade e bens sociais, culturais e simbólicos.

Diante disto, é preciso avançar nas formas de enfrentamento desta realidade como movimentos e organizações que compõem a Via Campesina.





VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O QUE É AFINAL?

A violência contra a mulher pode ser considerada como um fenômeno social, multiforme e histórico. O termo “violência” vem do latim “*violentia*”, que remete ao radical “*vis*” que significa força, vigor ou emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer sua força vital. Torna-se violência quando ultrapassa os limites ou perturba acordos tácitos ou regras que ordenam as relações sociais (ZALUAR, 1999, p. 8).

A violência constitui-se num fenômeno complexo, histórico e permeado por múltiplas dimensões. Uma das abordagens que trata desta temática pode ser definida pela perspectiva de danos à pessoa. Outra, do ponto de vista sociológico, considera a violência como transgressão à norma social e, desta forma, a violência é relacional, ou seja, há uma relação entre agressão e vitimização. Além disto, há a violência estrutural que apresenta as relações econômicas e sociais da sociedade como geradoras de violência estrutural. Ainda, do ponto de vista político, a violência pode ser entendida como relação de forças onde há um desequilíbrio ou abuso de poder sobre o outro que pode ser individual ou coletiva.

Como podemos ver, é difícil conceituar a violência. Por isto, é preciso analisar este fenômeno considerando o que cada cultura e cada sociedade entende por violência e situá-la conforme cada momento histórico vivido.

No caso da violência contra a mulher, para melhor analisarmos o fenômeno, além destes aspectos é preciso considerar como foram se construindo e como se estabelecem as relações sociais de gênero, raça e classe em cada momento histórico e em cada sociedade. As relações humanas, sociais, políticas, econômicas e culturais não são naturais, são





socialmente e historicamente construídas e, por isto, podem ser transformadas.

O movimento feminista é quem trouxe uma importante contribuição para a análise dos fenômenos sociais, em especial a questão da violência contra a mulher, ao desvelar a naturalização da opressão, discriminação, exploração e violência cometida contra as mulheres. Ainda é forte na humanidade, a tal ‘*superioridade*’ dos homens frente à suposta ‘*inferioridade das mulheres*’, historicamente construída, produzida e imposta às gerações como um modelo ‘*natural*’ da vida em sociedade. Tais idéias são reforçadas, reafirmadas e agradam ao modelo patriarcal e capitalista em que vivemos, que encontra sobretudo na dupla face da opressão/exploração a perpetuação de uma humanidade “sem rumo” e sem perspectivas. Um “modelo” de sociedade que se legitima conduzindo a massa dos humanos à base da dependência, da falta de autonomia, da violência, seja ela institucionalizada ou não. Compreender essa construção histórica é uma necessidade das mulheres camponesas, pois acreditamos na possibilidade de novas relações sociais de gênero, classe, raça, etnia e com a natureza, permeadas pelo afeto, amorosidade, respeito, companheirismo, solidariedade e construção compartilhada de poder, de saber e das condições necessárias para a sobrevivência de todas as pessoas.

A luta feminista contribuiu para que o fenômeno da violência contra a mulher entrasse nas pautas políticas das Convenções e Conferências Internacionais. Exemplo disto é a definição de violência contra a mulher adotada na Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada pela OEA – Organização dos Estados Americanos – em 1994) que diz:

*“A violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais...
* (...) “violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte,*





dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.”

A violência contra a mulher é, assim, uma violação dos direitos humanos. Toda mulher tem o direito de viver sem discriminação e violência, nos espaços públicos e privados que frequenta.

As mulheres têm o direito de ter respeitada sua vida, integridade física, mental e moral, sua liberdade, dignidade e segurança pessoal e de sua família; têm também direito à igualdade no trabalho, no acesso a cargos e funções públicas, a bens, propriedades e serviços, e à proteção da lei e da justiça. Direitos humanos que devem valer para todas as mulheres.

Se a violência contra a mulher é um fenômeno social e histórico, quer dizer que nem sempre foi assim e que podemos mudar esta situação!

“Por vida, soberania alimentar, basta de violência contra as mulheres!”



CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA: A EXPRESSÃO INEVITÁVEL DO CAPITALISMO PATRIARCAL

A violência é uma prática cada vez mais visível em todos os âmbitos da vida humana, causando muita dor, sofrimento e lágrimas, ferindo a dignidade e a vida de muitas pessoas. É sempre uma demonstração de poder contra uma pessoa, grupos, comunidades ou classe social e com impactos danosos para a humanidade. Contudo, ela se apresenta de forma diferenciada para homens e mulheres.

A violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas não nos sentimentos e no afeto, mas no princípio da propriedade, do controle e do domínio sobre a mulher. E, é isto que, em vias de regra, garante ao homem o poder de violentar uma mulher, uma vez que a considera sua propriedade.

A violência por parte do sistema capitalista patriarcal e a modernidade se expressam em todas as esferas da vida das mulheres e acaba se reproduzindo no cotidiano como algo natural. Esta naturalização traz consigo o domínio do homem sobre todos os aspectos da vida da mulher e sobre seu corpo,





que passa a ser encarado como um objeto que tem que servir e obedecer aos homens.

A campanha pelo fim da violência contra as mulheres é um chamado para provocar uma mudança social, cultural e política, e, particularmente, em nossos povos, comunidades e organizações, em nossos lares e famílias. É um assunto doloroso, mas deve levar-nos a construir uma nova cultura para superar as relações de desigualdade entre homens e mulheres.

Esta construção passa também pela elaboração e aprovação de Convenções, Pactos e Plataformas de Ação das Conferências da Organização das Nações Unidas – ONU, no âmbito internacional que tratam especificamente as questões da violência e discriminação sobre as mulheres: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, Cairo, Viena, Pequim e Belém do Pará, das quais vários países são signatários. No entanto, a maioria dos países, apesar de assinarem e se comprometerem não cumprem estes tratados e, com isso, não se efetivam políticas públicas de combate à violência que estejam ao alcance das mulheres.

Diante disso, o desafio urgente que se apresenta é o de construir estratégias de ação, mobilização e lutas para a garantia de efetivação dos direitos em todos os âmbitos e espaços da vida humana.





VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POR QUE COMBATER ESTE PROBLEMA?

Porque:

- pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante sua vida.
- a violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito.
- cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros.
- a violência contra a mulher atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, religiões e culturas.
- a violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre à sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva.
- mais de 40% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.
- a violência ou mesmo o medo da violência aumenta a vulnerabilidade da mulher à infecção pelo vírus HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. O temor de sofrer violência pode, por exemplo, fazer com que a mulher se submeta a relações sexuais desprotegida.





Não podemos esquecer que, estes dados podem não revelar toda a verdade: o cenário real da violência, principalmente a doméstica, ainda não é conhecido, pois a agressão, em muitos casos, não é denunciada às autoridades e a mulher busca ajuda com as amigas ou dentro da família, quando não silencia totalmente!

“Quando uma mulher avança, todas avançamos!”



AS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Violência física

Qualquer ação ou omissão que ofenda a integridade física da mulher, quando seu corpo é agredido com: empurrões; tapas; socos; chutes; bofetadas; tentativa de asfixia; ameaça com faca; tentativas de homicídios; puxões de cabelo; beliscões; mordidas; queimaduras; qualquer outro golpe dado com um objeto.

Na imensa maioria dos casos, a violência física acontece na forma de violência doméstica, que é a violência que acontece dentro da casa, no espaço simbólico, muitas vezes chamado de “lar, doce lar”. É na maioria das vezes praticada por maridos e companheiros e está fundamentada basicamente nas relações de poder perpetuadas pelo modelo de sociedade capitalista e patriarcal.

Violência sexual

Qualquer ação que obrigue a mulher a manter contato sexual, físico ou verbal através do uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro meio que anule ou limite a vontade pessoal. Pode ser praticada por um desconhecido ou conhecido, como o marido, colega de trabalho, de escola, padrasto, tio, avô etc.

São exemplos desse tipo de violência: expressões verbais





ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyeurismo¹ forçados, prostituição forçada; participação forçada em pornografia.

A violência sexual acontece quando a mulher é obrigada a manter relações sexuais contra a sua vontade, ou praticar atos que não deseja. Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) mostram que até 47% das mulheres no mundo declararam que sua primeira relação sexual foi forçada, e que 52% das mulheres são alvo de assédio sexual.

Outros dados da OMS mostram que de 10 a 34% das mulheres no mundo já foram agredidas, e que 70% dos casos foram agressões de parte de maridos, companheiros ou namorados.

Violência psicológica

Qualquer ação ou omissão destinada a controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher, por meio de: intimidação; manipulação; ameaças; humilhações; ameaças de agressão; privação da liberdade; impedimento ao trabalho ou estudo; danos propositais a objetos queridos; danos a animais de estimação; danos ou ameaças a pessoas queridas; impedimento de contato com a família e os amigos; isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à sua saúde psicológica.

Em muitos casos é comum que a mulher tenha sua autoestima ou sensação de segurança abalada por agressões verbais, ameaças, insultos e humilhações.

Violência patrimonial e econômica

Pode ser caracterizada como qualquer ação ou omissão que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores. São exemplos: destruição, venda ou furto de objetos pertencentes à vítima;

¹ Voyeurismo é uma prática que consiste num indivíduo conseguir e/ou obter prazer sexual através da observação de outras pessoas.





destruição, venda ou furto dos instrumentos de trabalho da vítima; destruição de documentos da vítima ou de seus filhos; venda, aluguel ou doação de imóvel pertencente à vítima ou ao casal, sem a autorização da mulher.

Violência moral

Qualquer ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher. Configuram-se como a injúria; calúnia ou difamação. A violência moral e psicológica atinge a auto-estima da mulher, que é agredida verbalmente, humilhada, ameaçada, comparada. Esta é a forma mais velada de violência que incapacita a reação da mulher que, muitas vezes, fica resignada e aceita como natural este tipo de agressão.

***“Mulher que se organiza,
não aguenta mais batidas!”***



PARA PENSAR: EXEMPLOS DE TIPOS DE VIOLÊNCIA



Destruição de documentos: muitos homens escondem, rasgam ou destroem documentos das mulheres, como carteira de identidade ou de trabalho.

Calúnia e difamação: quando a mulher é acusada falsamente.

Atentado violento ao pudor: acontece quando a mulher é obrigada a manter qualquer contato íntimo ou quando ela é obrigada a presenciar outras pessoas tendo relações sexuais.

Discriminação física: muitas mulheres sofrem discriminação por serem consideradas fora do padrão de beleza imposto pela mídia e/ou pela sociedade sendo consideradas gordas, excessivamente magras, altas, muito baixas, peludas, dentre outras.

Estupro: caracteriza-se por relação sexual forçada, inclusive pelo marido ou companheiro, imposta pela força ou coação, sem que a mulher possa se defender. Pode envolver penetração vaginal ou não. É importante que a vítima não



se lave e guarde as roupas que usava na hora do crime, no caso de ser submetida a exames para comprovação do fato.

Homicídio: quando uma mulher é assassinada pelo companheiro, marido, namorado.

Violência institucional: é aquela que tem o Estado como suporte da violência, materializada no papel da polícia, dos órgãos repressores nas manifestações populares, bem como, a falta de políticas públicas, somada a dificuldade de acesso, como por exemplo: na produção, saúde, educação, lazer, proteção social e previdenciária, segurança, entre outros. Estes fatores contribuem para a manutenção da desigualdade social e reforçam a violência contra as mulheres.

Tráfico de mulheres: acontece em escala global, levando as mulheres a serem enganadas por propostas de emprego e quando chegam ao local se deparam com trabalho escravo, geralmente em casas de prostituição e sem as mínimas condições de retorno para os países de origem.

Preconceito e discriminação étnico-racial: muitas mulheres sofrem esse tipo de violência especialmente o racismo contra a população negra e indígena.

**Não esqueça: todo ato de violência é crime.
*Denuncie!***



CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES

As consequências da violência *na vida das mulheres* são graves e se manifestam na:

- ***Vergonha e perda de auto-estima*** – porque são agredidas na intimidade e integridade física e psicológica.
- ***Culpa*** – de não ter resistido diante das formas de violência, de “não ter correspondido ao papel imposto pela sociedade”.
- ***Medo*** – de reagir e de ser violentada brutalmente.
- ***Adoecimento*** – esta pode ser uma das primeiras manifestações da culpa, que ***aparece*** na debilitação da saúde da mulher, através de lesões, hematomas, hemorragias, depressões, desânimo, incapacidade, dentre outras, ***podendo levar até à MORTE.***
- ***Reprodução da violência como forma de relação humana*** – as pessoas que convivem com a violência aprendem a se relacionar de forma violenta e reproduzem o ciclo da violência nos seus espaços de convívio.



POR QUE AS MULHERES AGUENTAM TANTO TEMPO UMA RELAÇÃO VIOLENTA?

Talvez você pense ou já tenha ouvido falar: *“se elas não se separam; se elas não denunciam seus parceiros, se elas depois retiram a queixa; é porque devem gostar disso, não tem caráter, são doentes ou covardes”*.

Não é bem assim. Existem muitas razões para uma mulher não conseguir romper com o seu parceiro, marido e/ou companheiro violento, razões estas que expressam milhares de anos de cultura patriarcal reproduzida na educação e na vida de cada mulher.

Para se chegar à denúncia, é necessário reconhecer-se como cidadã digna de direitos, ter informações quanto aos canais de denúncia e à rede de apoio às mulheres vítimas de violência, o que pode estar muito distante da vida de muitas mulheres, que se sentem sozinhas e abandonadas à própria sorte.

Outro fator agravante é o receio quanto à forma que será atendida, seja na delegacia, seja no serviço de saúde. O medo de não ser ouvida, de ser criticada, de ter que ficar horas esperando pelo atendimento diante de olhares penalizados, desconfiados ou de acusação.

O fato de sentir-se responsável pelo fracasso da relação, de não poder contar com o apoio de familiares e amigos, bem como a dependência econômica do companheiro, muitas vezes também desencorajam e até mesmo retardam uma tomada de atitude por parte da vítima.



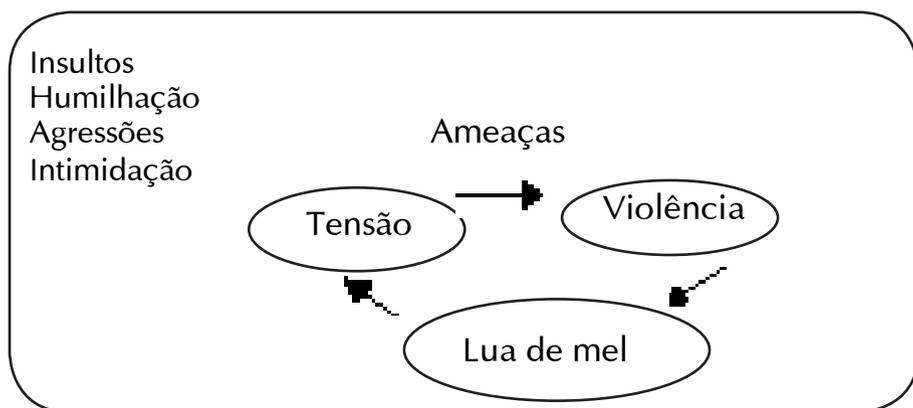
POR QUE A VIOLÊNCIA SE REPRODUZ?

A pessoa que sofre violência durante a sua vida, seja ela durante a infância ou adolescência, acaba repetindo esta mesma violência em outra relação de poder.

Desta forma, a violência vai sendo reproduzida através das gerações. Exemplo disto é uma criança que sofre violência durante sua infância tem mais probabilidades de se tornar um adulto violento e reproduzir tudo o que já passou.

A dinâmica do ciclo da violência explica que a violência ocorre em ações repetitivas que podem ser referidas em três fases, variando de intensidade e duração conforme a situação.

“CICLO DA VIOLÊNCIA”





Hoje recebi flores!

Não é o meu aniversário ou nenhum outro dia especial.

Tivemos a nossa primeira discussão ontem à noite e ele me disse muitas coisas cruéis que me ofenderam de verdade. Mas sei que está arrependido e não as disse a sério, porque ele me enviou flores hoje. E não é o nosso aniversário ou nenhum outro dia especial.

Ontem ele atirou-me contra a parede e começou a asfixiar-me. Parecia um pesadelo, mas dos pesadelos acordamos e sabemos que não são reais. Hoje acordei cheia de dores e com golpes em todos lados. Mas eu sei que ele está arrependido, porque me enviou flores hoje. E não é Dia dos Namorados ou nenhum outro dia especial.

Ontem à noite bateu-me e ameaçou matar-me. Nem a maquiagem ou as mangas compridas poderiam ocultar os cortes e golpes que me ocasionou desta vez. Não pude ir ao emprego hoje porque não queria que percebessem. Mas eu sei que está arrependido porque ele me enviou flores hoje. E não era Dia das Mães ou nenhum outro dia especial.

Ontem à noite ele voltou a bater-me, mas desta vez foi muito pior. Se conseguir deixá-lo, o que é vou fazer? Como poderia eu sozinha manter os meus filhos? O que acontecerá se faltar o dinheiro? Tenho tanto medo dele! Mas dependo tanto dele que tenho medo de o deixar. Mas eu sei que está arrependido, porque ele me enviou flores hoje.

Hoje é um dia muito especial: É o dia do meu funeral. Ontem finalmente consegui matar-me. Bateu-me até eu morrer. Se ao menos eu tivesse tido a coragem e a força para o deixar... Se tivesse pedido ajuda profissional... Hoje não teria recebido flores!





AS VIOLÊNCIAS DO AGRONEGÓCIO CONTRA AS MULHERES CAMPONESAS

A expressão “agronegócio” representa uma nova forma de administração dos negócios do campo, copiado do modelo americano de *Agrobusiness*. É um modelo de economia do campo, estruturado e utilizado pelos grandes produtores, pelas transnacionais e pelo grande capital como expressão da expropriação e da concentração do que, por direito, deveria ser de muitas mulheres e homens que trabalham no campo. Surge da concentração de terras e é fruto, portanto, da violência histórica e ainda atual, cometida contra milhares de pequenos camponeses em todo o mundo.

As práticas do agronegócio, sempre visando o lucro, desrespeitam os processos naturais, o tempo e a pressa da natureza, gerando produtos cada vez mais artificiais e contaminados com agrotóxicos. Além disso, realiza o saque aos cofres públicos, se apropriando da maioria do volume de crédito agrícola disponível, sempre negando ou renegociando suas dívidas com o governo ao invés de quitá-las.

Causa destruição ao meio ambiente, burlando a legislação protetiva ou tentando dar aos desastres naturais ares de fato já consumado e inevitável. Não permite assim, a diversidade e a biodiversidade de culturas, uma vez que é extremamente concentrador em todos os aspectos.

Enquanto implementa a concentração de terras e riquezas em poder de alguns, expulsa milhares de famílias de suas terras, destruindo sua cultura e gerando vazios e isolamentos no interior. Nesses casos, as mulheres são as primeiras a arcarem com as conseqüências, não tendo onde trabalhar, sendo





obrigadas a permanecerem no espaço doméstico, com seu trabalho invisibilizado e não reconhecido.

Como fruto da concentração, expropriação, violência, o Agronegócio é a expressão do capitalismo no campo, ao gerar a exclusão, a exploração e a violência aos camponeses e, especialmente às camponesas. Podemos considerar o Agronegócio a estratégia do capitalismo patriarcal no campo.



O AGRONEGÓCIO: O CAPITALISMO NO CAMPO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INVISÍVEL DA MULHER

Como vimos, o agronegócio destrói a agricultura camponesa e suas formas de cultura e existência, sendo as mulheres, sem dúvida, a camada mais afetada e massacrada nesse processo.

As mulheres camponesas tem uma representação importante na economia e, em sua imensa maioria, começam a trabalhar ainda crianças, sem carteira assinada, sem benefícios nem assistência previdenciária, enfim, sem reconhecimento algum. Muitas dessas acabam abandonando os estudos, gerando um índice grande de analfabetismo.

Tais mulheres, a despeito de sua expressividade, continuam invisíveis perante o sistema, tendo seu trabalho pouco ou nada reconhecido. Mesmo quando reconhecido formalmente, muitas vezes lhe é negada a efetivação dos seus direitos mais básicos de dignidade de vida.





O AGRONEGÓCIO E A SAÚDE DAS MULHERES CAMPONESAS

Além da invisibilidade do trabalho, as mulheres trabalhadoras do campo ficam expostas à falta de atendimento à sua saúde ou quando são atendidas não tem o cuidado integral e qualificado, principalmente em questões relativas à direitos sexuais e reprodutivos, como por exemplo, a assistência ao período pré-natal e ao parto.

Nesse sentido, é importante destacar também a total vulnerabilidade a que estão relegadas para tratar da sua exposição constante aos agrotóxicos e venenos utilizados na agricultura química do agronegócio.

Tal exposição gera interferência direta na saúde do ser humano, produzindo doenças como depressão, má formação de bebês, infertilidade, dentre outras consequências.

Há inúmeras outras formas de violência cometidas tanto pelos agentes do agronegócio capitalista e patriarcal contra as mulheres camponesas, quanto pelas estruturas e aparelhos do Estado capitalista como a repressão total e a criminalização de suas formas de organização e reivindicação, que merecem ser identificadas, debatidas e combatidas.

Dessa forma, diante de todos esses elementos, temos o desafio de, todos os dias, construir uma nova concepção de





vida e de corpo, onde o fator primordial seja o ser humano verdadeiramente livre e feliz, desconstruindo padrões impostos, nos organizando para combater a todas as formas de violência e reagindo frente a todas as injustiças cometidas contra as mulheres e os seres humanos em qualquer parte do mundo.

Temos o desafio de nos solidarizar com as nossas companheiras, sentir a sua dor como se fosse a nossa e, de maneira organizada, lutar contra esse sistema que humilha, explora e massacra as mulheres.

AS BASES QUE DÃO SUSTENTAÇÃO À VIOLÊNCIA

Para compreender melhor o processo de violência é fundamental analisar as causas e razões da naturalização deste fenômeno na sociedade e suas implicações para a vida das mulheres camponesas.

Neste sentido, é preciso aprofundar alguns conceitos centrais que norteiam a naturalização da violência contra as mulheres.





A cultura capitalista patriarcal se sustenta em quatro pilares:

A dependência econômica das mulheres: o desemprego e subemprego nas cidades. No campo, o trabalho das mulheres não é reconhecido como gerador de renda e riqueza é visto como uma ajuda ao marido/companheiro.

A falta de autonomia sobre o próprio corpo: a mulher não decide. O homem, o Estado, a religião, a família e muitos movimentos sociais impõem um padrão de obediência e comportamento às mulheres impedindo-as de decidir sobre si mesmas.



A pouca participação política: as mulheres tem pouca participação nos espaços de poder e decisão, desde os espaços domésticos, a unidade produtiva até as direções das organizações e espaços públicos.

A violência contra as mulheres: não conseguindo dominar por outras vias usa-se da força, ou seja, a violência física e psicológica contra as mulheres.

Por outro lado, o sistema capitalista e a cultura patriarcal consolidaram conceitos e desenvolveram na sociedade qual é o lugar e o papel destinado às mulheres e aos homens. À mulher foi destinado o espaço privado, ao homem o espaço público. Neste modelo o homem necessita dar resposta na produção e no sustento econômico da família, a mulher além do trabalho formal, tem como tarefa a reprodução e o cuidado, a sobrecarga do trabalho doméstico visto como uma obrigação e não como um trabalho.



Entretanto, mesmo tendo estes padrões culturais, em muitas famílias atualmente são as mulheres as provedoras, as que cuidam e garantem o sustento e a vida de toda a família.



Este modelo de sociedade que justifica a violência contra as mulheres, não é bom para a humanidade, destrói relações, desumaniza, torna as pessoas individualistas e egoístas, e, principalmente, mantém a estrutura social de desigualdade não só entre homens e mulheres, mas também entre pobres e ricos. O Estado que deveria promover políticas públicas ao alcance da diversidade de mulheres do campo para o combate de todas as formas de violência e discriminação, na maioria das vezes é ausente.

Chamamos atenção também para a quase inexistência de pesquisas com recorte de gênero, raça/etnia, além das já existentes serem parciais, especialmente quanto se trata de mulheres camponesas. Este fator limita e, por outro lado, nos desafia a busca de alternativas para solucionar esta questão.

Valores morais e religiosos impedem o direito de decisão



da mulher sobre seu próprio corpo. O *aborto*, por exemplo, é um problema de saúde pública, milhares de mulheres morrem no mundo em decorrência de abortos clandestinos. Dados da Organização Mundial de Saúde – OMS mostram que no mundo são realizados 50 milhões de abortos por ano, e destes 20 milhões são clandestinos. A responsabilidade sobre a reprodução e o uso de métodos contraceptivos recai sobre a mulher, no entanto, é negado a ela o direito de decidir sobre seu próprio corpo.

Em vários países o aborto é legalizado como, por exemplo: Itália, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos, México, Cuba, Porto Rico, Turquia, África do Sul. Em outros países o aborto somente é permitido em caso de estupro ou quando a mulher corre risco de morte, como é o caso de Portugal, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Alguns países proíbem e criminalizam o aborto em qualquer caso, como Chile, Colômbia, Venezuela, El Salvador, Honduras, Haiti e República Dominicana.

Mesmo nos países onde o aborto é permitido pela justiça quando existe risco de morte da mãe, ou em caso de estupro, a violação dos direitos, a humilhação e o desrespeito à mulher acontecem de forma sistemática.



A DOMINAÇÃO HISTÓRICA DO HOMEM SOBRE A MULHER E A MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

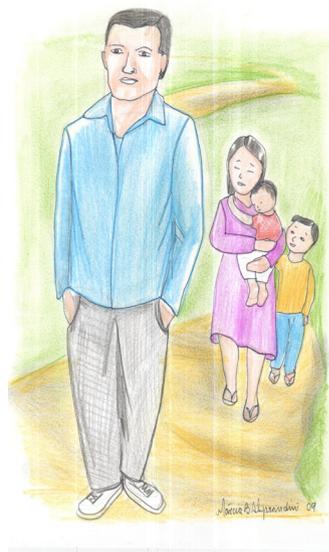
As diferenças que são socialmente e culturalmente atribuídas a homens e mulheres produzem e reproduzem relações de poder, são estabelecidas em contextos históricos de dominação que persistem no tempo. Basta perceber que não obstante os avanços femininos sejam na profissão, na educação, nos espaços políticos como parlamentos e executivos, é notória a persistência da base material do patriarcado.

Caso contrário, não teríamos diferenças salariais entre mulheres e homens com a mesma formação e nos mesmos postos de trabalho, no controle por parte do Estado e das instituições religiosas da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres, da predominância da presença masculina nos parlamentos e outros espaços de poder.

Para Saffioti (2004) é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída.

Apesar de ser muito recente a incorporação do conceito de gênero na teoria, nos debates e nos espaços de poder constituídos ainda precisamos elaborar e debater muito para compreender como isto interfere nas relações de poder entre mulheres e homens.

Muitas mulheres já escreveram sobre isso, no entanto, é importante reafirmar que somos uma totalidade, seres humanos,





corpo e mente. Por isso, há mulheres que nunca sofreram violência física e sexual, mas foram vítimas de uma violência que deixa profundas marcas porque tiveram seus objetos pessoais, documentos, roupas destruídas por seu companheiro em um ataque violento de ciúmes e de demonstração de dominação e poder sobre sua parceira, o que veladamente destrói a identidade e fere profundamente a alma destas mulheres.

Estudos mostram que a somatização produz doenças físicas, e que corriqueiramente são tratadas por profissionais da saúde como “mulheres mal amadas”, que “precisam de homem” ou de um calmante para “se acalmar de um ataque de nervos”. Isto interfere profundamente na vida das mulheres, pois acaba por submetê-las a pior violência que é a resignação e aceitação da condição de subordinação à ordem capitalista e patriarcal estabelecida. Por outro lado, este fato interfere nas pesquisas sobre violência contra a mulher mascarando os dados, pois o que não é visível, materializado, não é considerado.

Todos estes aspectos nos levam a pensar que a igualdade entre homens e mulheres, a partilha do poder, as relações libertárias entre mulheres e homens são questões fundamentais nas relações humanas e fazem parte de um conjunto de ações e lutas cotidianas as quais remetem a luta de classe das qual está relacionada dentro das contradições perpetradas no sistema capitalista.

Segundo Saffioti (2004, p. 128), o contrato sexual realizado entre homem e mulher por ocasião do casamento estabelece uma nova relação na qual cada parte cumpre o que é estabelecido, ou seja, “a parte que oferece proteção é autorizada a determinar a forma como a outra cumprirá sua função no contrato. O poder político do homem assenta-se no direito sexual ou conjugal”.

Os contratos sexuais/sociais assinados entre homens e mulheres no casamento acontecem cotidianamente há séculos,



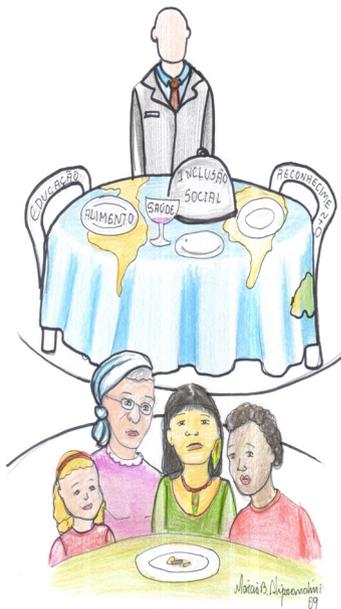


é o momento onde o homem, macho, provedor, é ungido pelo poder civil e religioso como chefe de família, por outro lado, a mulher, meiga, frágil e doce, a futura dona de casa, “que vai cumprir os afazeres do lar”, cuidará da prole, da casa, da horta, da roça, dos pequenos animais sem que isto seja considerado trabalho, pois não tem valor monetário na sociedade capitalista.



O PATRIARCADO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, ETNIA E CLASSE

Quando falamos em violência contra a mulher, é necessário que compreendamos dois conceitos que são centrais neste processo: **Gênero e Patriarcado**. A nossa sociedade é extremamente marcada pelas diferenças de gênero. Quando falamos em gênero, nos referimos ao modo como nossa sociedade constrói representações sobre o ser homem e ser mulher, e pressupõe que estas são estabelecidas naturalmente pela 'natureza'. É necessário que fique clara a diferença entre a questão biológica, que caracteriza machos e fêmeas da espécie humana e as construções sociais e culturais que definem os papéis que devem ser ocupados por homens e mulheres no mundo.



Já quando falamos em patriarcado, para além da concepção tradicional, que designa às milenares estruturas em que a organização social é centrada na figura do pai/patriarca, nos referimos ao significado que os movimentos de mulheres atribuíram ao termo, como sinônimo de qualquer estrutura social em que as mulheres ocupam posições subalternas, estando sujeitas aos mais variados modos de dominação pelos homens. (MACHADO, 2000).

O discurso do patriarcado dominante, reforçado e reproduzido também no discurso religioso apregoa que as condutas de homens e mulheres são originadas por uma espécie



de programação natural e biológica de comportamento que viria junto com o tipo de corpo físico com que cada indivíduo nasce. Na cultura ocidental, supõe-se que o masculino seja dotado de agressividade, e, portanto, dominação e o feminino de suavidade e delicadeza, e, por conseqüência, subordinação.

No entanto, devemos ter claro que não existe uma relação direta entre o sexo do corpo e a conduta desempenhada por mulheres e homens. Há todo um processo de aprendizado e internalização referente às construções de gênero, que acontecem muito cedo, desde a infância.

Desde pequenos, na família, no ambiente escolar, os meninos são educados para agirem de uma determinada forma e as meninas de outra. As brincadeiras e os brinquedos infantis expressam bem esta construção. Para as meninas, reservam-se brinquedos de bonecas, miniaturas de utensílios domésticos, que as aproximam desde cedo das tarefas domésticas, como cozinhar, passar, lavar e cuidar de bebês. Já para meninos, reservam-se armas, espadas, bolas, carrinhos, devem apreciar esportes, aventuras e certa dose de violência; desde cedo são preparados para lutar e se posicionar de forma agressiva nas relações com seus pares. É neste momento também que se começa a moldar a divisão sexual do trabalho, tão presente e persistente em nossas sociedades.

Dessa forma, constrói-se uma série de expectativas em relação ao modo como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar o corpo, brincar, dançar, namorar, fazer sexo, chefiar, ensinar, amar etc., que são tidas como naturais. Quem de nós não se perguntou sobre o por quê de tantas desigualdades e ouviu como resposta que 'sempre foi assim', ou porque 'é assim'? Enfim, é esta construção histórica dominante que produz uma economia doméstica organizada, ou domesticamente organizada que sustenta a ordem patriarcal. As mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.

Esta naturalização das desigualdades, não apenas de gênero, é um fenômeno histórico que tem influenciado





diretamente nos destinos de milhares de mulheres em nosso mundo, submetidas a toda espécie de violência, seja física ou moral, à discriminações, mutilações, violações, humilhações, ofensas, e que tem sustentado a base material do capitalismo patriarcal ao longo dos tempos.

Violências entrecruzadas: gênero, etnia e classe social

O olhar que lançamos às diferenças existentes entre nós é cultural e socialmente determinado, e isto, para além das diferenças entre homem e mulher, perpassa outras formas de diferença, sejam de pertença a determinada classe social, etnia ou orientação sexual. As diferenças e todas as formas de classificação interagem de forma simultânea no mundo, produzindo relações e entrecruzamentos que geram mais desigualdades, mais discriminação e mais violência.

Em espaços ricos em diversidades culturais, com imensas desigualdades sociais em razão da má distribuição de renda, tem-se um quadro social complexo, em que as desigualdades de gênero e etnia produzem-se em meio a profundas diferenças regionais e tradições culturais. Neste caso, em cada país, cada uma das diversas vertentes etno-culturais possuem regras sociais e moralidades que estabelecem os costumes locais e a inserção da mulher em uma dada cultura.

Nestes contextos de diversidades, além de lutarem contra a exclusão social que as atinge, muitas mulheres tem que enfrentar preconceitos e superar dificuldades advindas da posição social subordinada que ocupam em relação à posição dos homens. Além de administrarem o cotidiano doméstico e disputarem vagas no mercado de trabalho, precisam conquistar legitimidade e respeito social tanto em casa, perante o companheiro, quanto na comunidade em que vivem. No entanto, temos que reconhecer que a situação de pobreza e de discriminação étnico-racial agrava estas condições.





Trata-se da tríade de contradições – gênero, classe social e racismo – abordada por Saffioti (2004), que formam um nó e engendram uma qualidade ainda mais perversa de desigualdades e determinações de vida. Não se trata simplesmente de somar racismo, gênero e classe social, ou de achar que uma mulher será duplamente discriminada por ser mulher, negra e trabalhadora, ainda mais do campo. Não são variáveis quantitativas de que estamos falando, mas sim de abordagens qualitativas, ou seja, de reconhecer que o entrelaçamento destas características compõe uma realidade que torna a situação destas mulheres muito mais complexa e difícil.

As mulheres pobres, trabalhadoras, sobretudo do campo, possuem menos acesso a uma série de direitos, a serviços públicos, suportam sobrecarga de trabalhos domésticos e tem menores oportunidades de realizar sonhos que conduzam à emancipação financeira ou social. Neste caso, acabam convivendo e aceitando uma série de violências às quais são submetidas.

A luta pelo fim da violência contra a mulher pressupõe a luta pelo fim das construções excludentes e desiguais de gênero, mas pressupõe a defesa dos direitos humanos, mediante uma postura política é ética na qual todas/os tem igualmente o direito de ser respeitadas/os e tratadas/os com dignidade, independentemente da cor, da orientação sexual, da origem, da etnia.

Estas diferenças produzem desigualdades que necessitam ser desveladas e superadas, que não podem mais ser atribuídas à natureza ou a biologia, mas sim ao processo de socialização que define e transmite papéis, comportamentos e padrões, e que reproduz o modelo de poder dominante.

***“Mulheres:
contra violência,
contra o capital,
contra o machismo,
contra o facismo neoliberal!”***





COMO VAMOS ENFRENTAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

A *Via Campesina*, em sua V Conferência, em outubro de 2008 em Maputo (Moçambique), tomou a decisão de “romper com o silêncio” e lançou a campanha mundial contra todas as formas de violência que vivem as mulheres do campo e afirmou que todos e todas, homens e mulheres tem o compromisso responsável para construir novas e melhores relações humanas, como parte necessária da construção de uma nova sociedade.

A partir deste marco foram intensificadas as lutas, as estratégias e as ações pelas organizações de mulheres e pelas organizações mistas vinculadas à Via Campesina Internacional em cada país. Assim, esta temática passou a compor a pauta das lutas e mobilizações locais, nacionais, internacionais e um esforço coletivo para a reflexão junto com as mulheres e suas famílias acerca deste fenômeno que vem aniquilando direitos e vidas de milhares de mulheres.

Neste momento, coloca-se o desafio de aprofundar as formas de resistência, de lutas para romper definitivamente com o silêncio imposto pela hipocrisia capitalista e patriarcal e construir novas relações humanas.





IMPLEMENTAÇÃO DA CAMPANHA INTERNACIONAL “AS CAMPONESAS E OS CAMPONESES DA VIA CAMPESINA DIZEM: BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES!

A campanha tem como foco central o enfrentamento a todas as formas de violência praticadas contra as mulheres do campo, mas também quer dar visibilidade à violência praticada contra todas as mulheres da classe trabalhadora. Para avançar na campanha é preciso:

- Denunciar e fazer frente a todas as formas de violência que se exerce sobre as mulheres nos meios rurais em todos os países;
- Dar visibilidade a violência que acontece contra as mulheres da classe trabalhadora em todas as partes do mundo;
- Desmistificar a violência enraizada e naturalizada contra as mulheres e mostrar que a violência é estrutural em uma sociedade capitalista, neoliberal e patriarcal;
- Estabelecer mecanismos de controle social, tornar pública a violência nos movimentos sociais e na sociedade, discutindo em todas as instâncias do movimento para que se crie uma cultura de não admitir nenhum tipo de violência;
- Reforçar a organização e a luta das mulheres por sua emancipação e avançar rumo à sociedade justa e igualitária;
- Fortalecer as alianças entre os grupos, movimentos e pessoas que estejam dispostas a assumir como bandeira de luta essa campanha;
- Pressionar os governos para que cumpram os acordos e tratados internacionais e leis que combatem todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres;
- Implementar lutas e mobilizações a fim de avançar na criação e/ou efetivação de instrumentos jurídicos/leis e estruturas públicas (físicas, humanas/profissionais e financeiras) de





apoio às mulheres vítimas de violência em cada um dos países;

- Desenvolver a campanha “Basta de Violência Contra as Mulheres” com ações de curto, médio e longo prazo, promovendo lutas concretas de enfrentamento em cada país, principalmente nos dias 08 de março e 25 de novembro como já estabelecido em nosso calendário;
- Denunciar e acompanhar casos de violação dos direitos humanos, mostrar as estatísticas de mulheres agredidas e mortas pelas diferentes formas de violência, denunciar casos concretos em cada um dos países;
- Realizar nos países e/ou regiões Tribunais Éticos com movimentos e organizações populares, de mulheres, do campo e da cidade a fim de tornar visíveis situações concretas ou casos de violência contra as mulheres nas suas mais variadas formas;
- Constituir coordenações locais, nacionais e regionais da Via Campesina para a implementação desta campanha de forma processual e orgânica;
- Desenvolver processos formativos sobre esta temática na perspectiva da autonomia e emancipação das mulheres em todos os países e o fim de todas as desigualdades sejam elas sociais, de classe, gênero, culturais, étnicas/ raciais;
- Lutar pela igualdade nas nossas organizações, garantir a participação das mulheres na tomada de decisão, garantir a visibilidade política das mulheres e criar espaços específicos para as mulheres.

***“Na sociedade que a gente quer,
basta de violência contra a mulher”!***



REFERÊNCIAS

Relatórios de últimas reuniões da Via Campesina Internacional da Comissão Internacional de Mulheres da Via Campesina, Campanha Basta de violência contra as Mulheres.

Gênero, classe e projeto popular: compreender mais para lutar melhor. Cartilha publicada pelo Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil. Passo Fundo, 2004.

Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Mulher: construindo uma vida sem violência. Cartilha publicada pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Urbanas do Rio Grande do Sul – AMTU/RS. Três Cachoeiras, 2008.

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em 13 jun 2011.

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo?** Série Antropologia, 284. Brasília: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade de Brasília, 2000.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história – operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SAFFIOTI, Heleith I. **Violência de Gênero: Lugar da Práxis na construção da subjetividade.** São Paulo: NEILS PUC SP, 1997.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.



ANOTAÇÕES



